

Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos treze de dezembro de dois mil e onze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rubens das Virgens para proferir o seguinte texto: Evangelho de Mateus – Capítulo 5, versículos 33 a 37: “Vocês ouviram também o que foi dito aos antigos: ‘Não jure falso’, mas ‘cumpra os seus juramentos para com o Senhor’. Eu, porém, lhes digo: não jurem de modo algum: nem pelo Céu, porque é o trono de Deus; nem pela terra, porque é o suporte onde ele apóia os pés; nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande Rei. Não jure nem mesmo pela sua própria cabeça, porque você não pode fazer um só fio de cabelo ficar branco ou preto. Diga apenas ‘sim’, quando é ‘sim’; e ‘não’, quando é ‘não’. O que você disser além disso, vem do Maligno.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos e das Indicações, das Moções dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito: Do Senhor Prefeito foram lidas as

ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 084/2011, encaminhando Projeto de Lei que dá nova redação ao caput do art. 1º, da Lei nº 2.054/2011, que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado o exercício das atribuições que especifica, e conceder pro labore aos servidores públicos estaduais, da forma que especifica, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 086/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação Carisma de Cultura, Recuperação e Integração Social de Jaguariúna, e dá outras providências; 3. Ofício DER nº 087/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Centro de Equoterapia de Jaguariúna – C.E.J., e dá outras providências, depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; 4. Ofício SEGOV nº 0754/2011, dando resposta ao Requerimento nº 154/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações sobre a não utilização da base de segurança construída na divisa entre Jaguariúna e Santo Antonio de Posse; 5. Ofício SEGOV nº 0765/2011, dando resposta ao Requerimento nº 159/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri informações sobre a limpeza pública do Município que não está sendo satisfatória à população, entre outra questão. A seguir, dos Srs. Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposições: Requerimentos: 1. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos transferência da funcionária, Sra. Deise Maria da Silva, do C.E.E. Montes Claros para o C.E.E. de Jaguariúna; 2. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de ainda não ter sido implantado o projeto de Internet Grátis no Município; 3. Da Sra. Maria Nalva Viera Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o efetivo cumprimento da lei, nos casos de contratação de portadores de necessidades especiais, em concurso público, e qual o número nos últimos sete anos de funcionários municipais portadores de necessidades especiais; 4. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre se há e qual será a estratégia adotada pelo Executivo para atender às crianças que deixarão de ser atendidas pela ONG Pra Frente Brasil; Indicações: 1. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal prestar esclarecimentos detalhados nos veículos de comunicação sobre a substituição da empresa que fazia a limpeza pública na Cidade; 2. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal cobertura parcial

ou integral do Parque Santa Maria; 3. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal adotar medidas que possibilitem aos pacientes a retirada de medicamentos onde for conveniente e não apenas na farmácia do bairro onde reside; 4. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal mutirões da saúde nos bairros mais distantes; 5. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal equipar o Departamento de Trânsito do Município com um caminhão guincho, entre outra providência; 6. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal para que seja autorizada a retirada de medicamentos nas farmácias da Prefeitura, por pessoas com receitas de médicos particulares; 7. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal adotar medidas necessárias para que, ainda neste ano de 2011, o Concurso Público 02/2010 seja concluído e homologado em seu resultado final; 8. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal manutenção das traves de jogos existentes em todas as quadras esportivas do Município; 9. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal providenciar a decoração natalina na Praça Umbelina Bueno, no centro da cidade, antes do dia 25 de dezembro corrente; 10. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro solicitando ao Executivo Municipal estudos visando a criação de um Segundo Tempo Municipal; 11. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal limpar e roçar o mato nas dependências das Escolas Estaduais existentes no Município, e, ainda, a manutenção da dispensa das cozinhas das mesmas. Moções: 1. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de congratulações e louvor à Secretaria de Relações do Trabalho e à Prefeitura Municipal pelo evento realizado em 5 de dezembro corrente, em comemoração ao Dia Mundial da Pessoa com Deficiência; 2. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de apoio e congratulações ao Grupo Já de Teatro. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 001040/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 222.077,71; 2. Comunicado nº CM 282869/2011 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 70.565,46; 3. Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 809.265,46; 4. Comunicado da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 3.747.249,26; 5. Carta do Presidente da Câmara Municipal de Nova Odessa, convidando para participar da reunião do Parlamento Metropolitano da RMC, dia 14 de dezembro, às 9h00, no Plenário

da Câmara Municipal de Nova Odessa; 6. Processo nº 019/2011 – Finanças e Contabilidade – Balancete das Despesas e Receitas da Câmara Municipal de Jaguariúna, referente ao Mês de Outubro de 2011 e publicação do RREO – 5º Bimestre/2011; 7. Processo nº 020/2011 – Finanças e Contabilidade – Balancete das Despesas e Receitas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao Mês de Outubro de 2011. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos transferência da funcionária, Sra. Deise Maria da Silva, do C.E.E. Montes Claros para o C.E.E. de Jaguariúna, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de ainda não ter sido implantado o projeto de Internet Grátis no Município, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento da Sra. Maria Nalva Viera Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o efetivo cumprimento da lei, nos casos de contratação de portadores de necessidades especiais, em concurso público, e qual o número nos últimos sete anos de funcionários municipais portadores de necessidades especiais, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informações sobre se há e qual será a estratégia adotada pelo Executivo para atender às crianças que deixarão de ser atendidas pela ONG Pra Frente Brasil, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Moção da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de congratulações e louvor à Secretaria de Relações do Trabalho e à Prefeitura Municipal pelo evento realizado em 5 de dezembro corrente, em comemoração ao Dia Mundial da Pessoa com Deficiência, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 6. Moção da Sra. Maria Nalva Vieira Gama de apoio e congratulações ao Grupo Já de Teatro, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá, que a passou; tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que, na verdade, fazia uso daquela Tribuna para convidar, e que estava vendo que tinha bastante gente que veio à Câmara Municipal com relação ao Plano Diretor da Cidade, e que isso era muito importante, até porque eles sabiam que não

tiveram todas as reuniões, e que no dia seguinte, às dezenove horas, era uma Audiência Pública, não queria dizer que seria a única audiência, ele era o Presidente, estava à disposição, e convidou a todos, pediu que trouxessem os vizinhos, amigos, quem tinha interesse, quem podia ajudar, também, porque eles, Vereadores, na verdade, não tinham todo o conhecimento necessário, e que precisavam muito da ajuda deles, e que iria buscar, também, estudar juntos para que eles pudessem resolver da melhor maneira possível; disse, também, que teve uma notícia que estavam fechando algumas salas de aulas na rede municipal, porque salas com dezessete alunos, a Secretária para cortar custos, ou para não chamar mais professores, estavam colocando quase quarenta alunos numa sala de aula, e que sabiam que isso não era saudável e prejudicava muito o ensinamento dos alunos; comentou ser o que tinha para dizer, mas que tinha, também, e que achava que o Alfredo iria falar sobre isso, a reportagem que saiu na Gazeta e no Jota Jota, confirmou com o Fred, a respeito de uma dívida da Prefeitura de um TAC que foi assinado, e que, realmente, foi assinado, só que só foi descumprido o TAC em dois mil e nove, e que não foi descumprido na gestão anterior, mas sim nesta, mas que ele iria explicar direitinho, estava com cópia do processo, tudo, e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, em especial ao Presidente da Equoterapia, o amigo Wilson, no qual cumprimentava todos os Presidentes de Associações; disse que, realmente, no dia seguinte, eles teriam, disse ao Sr. Presidente, uma Audiência Pública do Plano Diretor do Município, que, independente, de questões políticas, e repetiu, independente, de questões políticas, ele era uma afronta ao direito de pessoas que demoraram a sua vida inteira para conquistar um bem e, de uma hora, para outra, elas iriam precisar pedir autorização para grandes empresários do Município, para poder tomar alguma determinação nas suas terras, e um Plano Diretor que veio, no seu ponto de vista, incompleto, porque não tinha um estudo de impacto ambiental, não tinha um projeto e nenhuma análise do impacto econômico para levar as benfeitorias para os bairros mais afastados, e o que eles queriam deixar claro, que esta Câmara precisava de seis votos para aprovar o mesmo ou de seis votos para não aprovar o mesmo, e que não era a decisão de um Vereador só, e se num grupo de seis, tinha que ser dois terços da Câmara; comentou dizer isso, se dirigindo ao Sr. Presidente, Fred, Fábio, o Renê, e que sabia da preocupação que o Renê tinha com as fazendas, sítios, sua base eleitoral era na parte dos sítios, que eles não podiam, de um dia para o outro, ter a responsabilidade de mudar, praticamente, a Cidade completa; disse que, naquele dia, lhe pesquisou um cidadão de um condomínio, que ele mudou para Jaguariúna, disse à

Vereadora Nalva, para ter sossego, e que agora estavam construindo um prédio do lado do sítio dele, e o cara não tinha o que fazer, e que eram pequenas coisas, que ela achava que a população, precisava estar junto desta Câmara, porque o pior, disse ao Sr. Presidente, que hoje ela acreditava, que iria vir o Presidente do CREAS, ou representante do CREAS, que, contrariamente, era representante do CREAS e também participava na Prefeitura nesta área de engenharia e arquitetura, e que era muito complicado, porque, o pior, ela estava investigando isso, se pagaram empresas especializadas para fazer análise do Plano Diretor, as empresas receberam e o relatório se perdeu, e queria que as pessoas a entendessem: se pagaram uma empresa especializada para fazer o estudo, existia o relatório, um parecer, mas o conteúdo desapareceu; disse que pela sua ignorância, antes que alguém falasse, era uma afronta esse novo projeto que estava aí, porque eles estariam destruindo parte das florestas de Jaguariúna, e que não adiantava, disse ao Sr. Presidente e aos nobres Colegas, de fazer campanha da reciclagem, o lixo reciclado, e depois destruíam de uma sacada só, sessenta por cento das florestas; solicitou que o Governo retirasse aquele Plano Diretor o quanto antes, e que era um apelo para que retirasse esse Plano do jeito que estava, chamassem os proprietários, as imobiliárias, as pessoas que entendiam dessa área de Meio Ambiente, de preservação, e votariam no ano que viria; se demoraram três anos, se a Prefeitura demorou três anos em mandar este Plano Diretor para a Casa, porque a Câmara tinha que votar isso em dois dias, perguntou; disse que esperava e confiava que aquele Plano Diretor iria ser retirado da Casa o quanto antes, porque do jeito que estava, como o Plano Diretor era ruim, e além disso, era um gasto de papel desnecessário, porque tinha tantas coisas absurdas, exclamou e disse que tinha algumas coisas boas, tinha que falar que tinha algumas coisas boas neste Plano Diretor, ou ela sugeriria, disse ao Sr. Presidente, ao Fred, que eles votassem item por item, não o Plano Diretor como um todo, que eles conseguissem separar item por item, e que eles votassem aquilo que eles tinham clareza de idéias, porque um Plano Diretor, fora o Fred que era engenheiro ou arquiteto, e que eles tinham capacidade; chegava alguém com quarenta mapas, quatrocentas folhas de papel, tinha que votar isso em dois dias, e que era a mesma coisa de colocar uma criança para jogar na Seleção Brasileira, no primeiro dia, e o pior, era que se começava a ler, começava a conversar, e percebia que tinham algumas coisinhas, lá no meio, que na sua ignorância porque ela não era, e que ela vislumbrava que tinham alguns interesses econômicos perdidos ali no meio; disse que achava que eles tinham que pensar no bem da Cidade, e não no benefício de poucos empresários desta Cidade, doesse a quem doesse, porque a

Cidade já tinha sido prejudicada, e isso tinha falado no primeiro ano, que a Estrutural, tinha que fazer uma estrada do Carlos Gomes para sair do pedágio, em troca de uma licença, um alvará que a Prefeitura deu; explorou durante vinte anos e a estrada do Carlos Gomes continuava sem asfalto; disse que alguma coisa ela queria entender, e que ela estava mais preocupada com as florestas, com o Meio Ambiente para os seus filhos, para alguém que fosse morar na Cidade, e que ela não enxergava que isso fosse levado em conta; disse que de sua parte, ela, para evitar conflitos, evitar brigas, evitar o estresse, achava que o Governo deveria retirar este Plano Diretor desta Casa, o quanto antes, e se assim não o fizesse, ela já falava que seu voto era contra, do jeito que estava, e que do jeito que estava tinha muita coisa boa, mas tinha muita coisa ruim que atendia a muitos poucos, e que ela achava que eles tinham que pensar, avaliar, ter tempo para fazer isso, e o mais importante, respeitar quem tinha uma terra há dez, vinte, trinta anos e, de uma hora para outra, simplesmente, não iria poder mandar nem na terra dele, e que era uma coisa de não acreditar; disse que o que mais a intrigava, disse ao Fred, e ao Sr. Presidente, que o que mais a intrigava, já terminando sua fala, era que algumas compras de algumas terras, e algumas movimentações de licenças, aconteceram nos últimos sessenta dias; o mercado imobiliário de sítios, chácaras, fazendas, nos últimos trinta, quarenta dias, foi muito agitado (soou o alarme do tempo) e a Vereadora continuou dizendo que sua preocupação era essa e que ela gostaria de entender, porque nos últimos quarenta e cinco dias, teve tanta movimentação de fazendas, sítios, e por quê se mudaram tantas propostas de licenças nos últimos dias e porque, como era relatado aqui fora, e disse ao Sr. Presidente que queria deixar claro ali que se ela tivesse que vir na Casa, e não poder falar com a população na entrada da Câmara, que alguém iria questionar, aí já estariam mal, e que queria deixar claro ali que era a Casa do Povo, e quem se incomodava que se falasse com o povo, não precisava vir, pois ela iria ter que dar explicações aqui fora porque estava falando com o povo, já era uma brincadeira, e o que queria deixar claro que, do jeito que estava sugeria que o Governo retirasse este projeto desta Casa com emergência, para que amanhã eles começassem uma discussão e que no ano que viria eles conseguissem votar um código que atendesse a todo mundo, principalmente, a Cidade; desejou boa noite; (houve manifestações na assembleia com palmas); a seguir, tomou a palavra a Sra. Maria Nalva Vieira que cumprimentou a todos, dizendo de ratificar uma indicação sua, a qual solicitava que fosse liberado medicamento para as pessoas que tinham receitas com médicos particulares, até porque na Cidade tinha várias empresas que tinham convênio médico, e que podia citar para todos, a Jaguar era uma, onde

vários trabalhadores tinham convênio médico da Unimed ou de outras empresas, que, muitas vezes pegava receita e não conseguia o medicamento, porque as pessoas que atendiam nos postos de saúde, falava que a receita era particular e eles não conseguiam ter acesso a este medicamento, e que terminava sendo prejudicado um trabalhador que ganhava em torno de novecentos reais por mês, tinha um convênio que a empresa dava como benefício e não tinha o atendimento do medicamento porque a receita era particular, sendo que o convênio, era gratuito para este trabalhador, e que queria ratificar porque na sua indicação tinha um erro de digitação, a qual indicava que não fosse liberado, e era o contrário, era para que fosse liberado este medicamento para os trabalhadores e pessoas que tinham convênio de empresas e pessoas que tinham aí este benefício; sobre o Plano Diretor, achava o seguinte: quanto tempo fazia que esta empresa estava na Cidade, perguntou à Vereadora Karina; quantos empregos ela gerava na Cidade? Qual de fato o impacto que ela tinha na Cidade? Disse que achava que eles tinham que fazer este levantamento; qual imposto que ela gerava para a Cidade? Disse sobre o Plano Diretor que ela não tinha tido a oportunidade, ainda, de ler, até por falta de tempo, mas com certeza, tanto ela quanto seus caros Colegas, jamais iriam estar aprovando qualquer projeto sem ler, ou se tinha, realmente, e ver a necessidade desse projeto para a Cidade, e que era claro que se fosse prejudicar a população, viesse causar danos à Cidade, com certeza eles não iriam estar endossando uma situação desse tipo, mas achava que tinha que fazer um levantamento da importância para a Cidade, e que no hoje era como se falava: “a Motorola está causando problema para a Cidade”; e perguntou quantos empregos tinham dentro da Motorola? O que ela representava para a cidade? Qual a importância dela? Disse que tudo gerava impacto; liberar gerava impacto, não liberar gerava impacto, e que achava que tudo deveria ser analisado, avaliado e que achava que tinham que estudar este projeto com paciência, com calma, não tinha que ser aprovado agora, poderia ser no ano que viria, e achava que não tinha essa pressa toda, até porque nenhum deles estava sendo beneficiado por isso, e que não tinha essa pressa, não tinha essa necessidade, e que tinha tempo suficiente de estudar isso daí, e que tinha certeza que as pessoas que fossem beneficiadas, que viam que não iria ser a população, com certeza iriam estar avaliando e analisando da forma mais correta e certa que tinha que ser feito; agradeceu, desejando boa noite a todos; (houve manifestações com algumas palmas na assembleia); a seguir, tomariam a palavra os Srs. Rainero Venturini e Rubens das Virgens, que a passaram; a seguir, tomou a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos,

dizendo à Nalva que era para ela ver que uma palavra mal colocada mudava totalmente o sentido da indicação dela, e que ali ela vinha pedindo para que fosse autorizada a retirada de medicamentos, e um “não” que foi colocado ali, e, evidentemente, não proposital, e que isso sabiam, mas um “não” que foi colocado, ficou para que “não fosse autorizada a entrega de medicamentos” disse que a Vereadora deixou claro, e que esperava que no amanhã ou depois ninguém a questionasse sobre isso; entre outras coisas disse que tinha sido bem antecedido pelos seus Colegas que discorreram sobre o Plano Diretor, e que o Plano Diretor vinha para atender às necessidades de crescimento da Cidade, só que nisso aí a Lei dizia, que se tinha que fazer um equilíbrio entre o crescimento e a ordenação desse crescimento, e que a Lei dizia, também, que todo o Prefeito tinha que fazer uma revisão, em cada mandato tinha que fazer uma revisão, e por isso a Nalva falou ali, e ele queria endossar, não existia data pré fixada para se definir isso daí; o que a lei dizia e era claro, era que o Plano Diretor tinha que ser discutido, e acima de tudo atender às necessidades de crescimento do Município, mas também, atender às necessidades dos moradores, dos munícipes, e falava-se até sobre conflitos de vizinhos e coisas desse tipo, e o que era importante era saber o seguinte: ele, disse ao Sr. Presidente, enquanto ele não se sentisse seguro para votar o Plano, iria pedir aos Colegas que junto com ele pedissem a prorrogação, e iriam prorrogar quantas vezes fosse preciso, e que sabiam que ninguém ali queria fugir à sua responsabilidade, não, mas tinham que ter segurança para poder votar isso daí; satisfeitos e insatisfeitos sempre teriam, mas pelo menos que se pudesse ficar tranquilo com a consciência; disse que, para concluir, disse ao Sr. Presidente, só não concordava com o Colega Fábio, quando ele disse que o TAC foi assinado, e só para situar, disse que foram surpreendidos no final de semana, com notícias dos jornais da Cidade, dizendo que a Prefeitura tinha uma dívida de um bilhão de reais, e que para eles voltar um pouquinho na história: disse que não acompanhou isso pelos jornais, não leu nos jornais, mas quando tomou ciência disso daí, foi atrás de documentos do Ministério Público do Trabalho para poder saber do que se tratava; disse que ocorria que em dois mil e três, o Ministério Público do Trabalho começou a receber denúncias de contratações irregulares na Prefeitura de Jaguariúna, em dois mil e três, e o Ministério iniciou um trabalho de investigação, de apuração do caso, e quando foi no dia vinte e um de outubro de dois mil e três, o então, Prefeito assinou um TAC, e neste TAC ele se comprometia (Termo de Ajustamento de Conduta), neste TAC ele se comprometia a contratar somente com concurso público e, para isso deveria existir uma multa de quinhentos reais por dia de cada funcionário que

não estivesse enquadrado neste TAC; disse que ocorria ali que o TAC não foi cumprido, desde dois mil e três, e culminou que, em dois mil e nove, o Sindicato também entrou com uma denúncia com relação ao Hospital, e que no Hospital sabiam, também, que não fazia concurso, nunca se fez concurso, aliás quando foi criada a ASAMAS, muita gente que batia no peito e, orgulhosamente, dizia que “hoje podemos contratar e mandar embora a hora que quisermos.” Disse que ocorria, também, que a maioria desses problemas, começou em dois mil e seis, e ali iria se reportar ao passado, e que dois mil e seis foi exatamente o ano do fatídico PDV, foi quando começaram a mandar os médicos embora do Hospital, e que ele se lembrava que, naquela ocasião, quando se fez a discussão do PDV, muita gente tinha vindo na Casa e aplaudiu o PDV, hoje, os mesmos que aplaudiram deveriam estar se questionando sobre esta multa de um bilhão, que agora batia às portas; disse que uma coisa que ele sempre foi contra, sempre foi contra isso daí, mas enfim, aplaudiram, quiseram que fosse feito o PDV, e estava aí; em termos de atendimento médico o PDV não melhorou, absolutamente, nada no Hospital, só perderam médicos, e que não iria falar dele porque senão, iria legislar em causa própria, mas podia citar ali médicos como o Dr. Theodoro Hebermann, dermatologista, que tinha mais de dez anos na Cidade; Dr. Osvaldo Lustre, que hoje retornou, assim, também, como o Dr. Theodoro, hoje, retornou, e uma série de outros médicos, Dr. Paulo, que hoje, também, retornou, mas o serviço perdeu em qualidade, e que não lograram em absolutamente nada, e que ficava triste pela multa de um bilhão, mas isso aí, essa irregularidade, disse ao Sr. Presidente, corria desde dois mil e três, e que se eles fossem fazer a conta, eram nove anos de irregularidade neste serviço; disse acreditar que, se ainda, hoje, se mantinha esses erros porque ele foi um que entrou como concursado, prestou concurso, passou para médico ortopedista, e foi impelido a sair da Prefeitura para entrar no Hospital, sem concurso, sem nada, e acreditava que neste número de quatrocentos e dezesseis funcionários sem concurso no Hospital, provavelmente estivesse seu nome, também; disse que isso queria dizer que de uma situação legal que ele estava, disse ao Sr. Presidente, hoje, talvez, ele não tinha certeza que seu nome estava, mas talvez ele fosse um irregular, também, dentro do Hospital; disse que acontecia era que em dois mil e nove a Prefeitura teve que pagar uma multa de dez mil reais simbólica, que foi repassado para a APAE, porque não se estava cumprindo esse TAC, então, disse, que era para verem que foram nove anos de irregularidade, e que era só por isso que ele não concordava com o Vereador quando ele dizia que sempre esteve legal, e que somente a partir de dois mil e nove esteve irregular, e para isso não bastava eles falarem, tinham que trazer

provas, e que ele estava ali com um documento, que mostraria a quem interessasse em ver, que era um documento, do Ministério Público do Trabalho e que dizia que o número de trabalhadores irregulares era de seiscentos e setenta e nove, sendo quatrocentos e dezesseis do Hospital, duzentos e sessenta e três da Prefeitura, e pediu para que se atentassem para isso; número e dias irregulares desses funcionários: dois mil, setecentos e vinte e nove dias irregulares, e isso, em maio; disse que se fossem fazer a conta, dois mil, setecentos e vinte e nove dias não podia ser a partir de dois mil e nove para cá, e, certamente, tinha que ser a partir de dois mil e três para cá; disse que em maio a multa era de novecentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e quinhentos reais, com o reajuste, que era previsto, também, no TAC, isso, hoje, girava em torno de um bilhão; e disse que ele, particularmente achava, se dirigiu ao Sr. Presidente, que se eram nove anos de irregularidade, era que a lei assim não lhes permitia, mas se eram nove anos, não deveria a cidade de Jaguariúna pagar um bilhão, deveriam dividir proporcionalmente, ao Prefeito, ao ex Prefeito, e aquele que, realmente, errou, que tirasse isso do próprio bolso, e não a cidade pagar um bilhão em multa para o Tribunal por conta de irregularidades, de gente que não sabia cumprir o que era combinado no TAC; disse ser o que tinha a dizer, desejou boa noite e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria, realmente, de se ater naquilo que tinha sido dito ali nos jornais locais, durante a semana e dizer que mais uma vez o Vereador Airton estava equivocado nas suas colocações; disse que estavam ali os dois jornais, e em tese os jornais deveriam ser independentes; as duas matérias eram iguaiszinhas, idênticas, a sorte, e repetiu, a sorte, que o Jota Jota, um pouquinho mais prudente, colocou a fonte da matéria: Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Jaguariúna; disse que a matéria saiu “ipsis litteris” do Gabinete, ou seja, orquestrada e com má fé, e que isso que foi dito, “má fé”, como disse a própria Vereadora Nalva a respeito das informações que eram noticiadas à população, “má fé”, e perguntou: por que má fé? Disse que, realmente, em dois mil e três foi feito um TAC pelo ex Prefeito que não se contrataria mais funcionários pela Prefeitura, aí eles incluíram a ASAMAS, também, porque a ASAMAS estava sob judice dos quatrocentos e dezesseis funcionários, se a Organização Social é uma lei constitucional ou não; disse que foi feito o TAC, onde o Prefeito se comprometeu que não se contrataria mais servidores públicos sem concurso público; disse que de lá para cá as ações só começaram a ser protocoladas em dois mil e nove, porque o governo que entrou mandou todo mundo embora, e recontratou todo mundo novamente, aí as ações

começaram a pipocar; comentou que, como o Doutor disse, o processo estava ali na mão para todo mundo ver; disse que as ações começaram a pipocar e o Governo, simplesmente, não deu conta de dar uma atenção maior, continuou fazendo aquilo que se vinha fazendo quando entrou essa nova Administração, e leu: “Em audiência realizada na sede desta Procuradoria, no dia primeiro de junho de dois mil e dez, afim de tratar do descumprimento do TAC, o compromissário afirmou que a contratação da Organização Social – ASAMAS, conforme já conta nos autos, ocorreu em dois mil e um, pelo então Prefeito Tarcisio Chiavegato, ” que inclusive, disse, o próprio Prefeito atual, na época Vereador, foi contrário à referida contratação da OS, enfim... se falou lá muito, muito, e deu-se esta multa de dez mil reais, mas não deu a mínima ao processo que a Procuradoria vinha fazendo em cima deste assunto, e continuou a leitura: “ocorre que conforme o relatório da fiscalização enviado pela gerência regional de emprego de Campinas, a entidade ASAMAS, como privada Organização Social, que gerenciava o Hospital Municipal Walter Ferrari, continua contratando seus funcionários diretamente. O conselheiro da administração da OS era presidido pelo Senhor Márcio Schneider Reis,” pai do atual Prefeito, Márcio Gustavo Bernardes Reis, comentou, e continuou: “...embora a Prefeitura tenha realizado seleções e concursos não foram suficientes para inibir a prática de contratação de autônomos, portanto foi constatado, ainda, que o Município contrata e mantém trabalhando autônomos por meio de critérios desconhecidos.” Disse que o que tinha que ficar claro para a população, que os processos, quem não cumpriu o TAC foi justamente quem não assinou, e que era fácil jogar a bomba para o ex Prefeito que assinou o TAC, que não se iria mais contratar nenhum funcionário sem ser por concurso público para que, realmente, ele respondesse pelas ações que o promoveram; disse que, independentemente disso, e que no processo falava-se assim: “... além disso, pode-se verificar que os sucessivos aditamentos ao referido contrato de gestão, continua com valores milionários...” Disse que o aditamento, por exemplo, assinado pelo atual Prefeito, em quatro do um de dois mil e dez, montava um valor de vinte e três mil milhões, enfim... Disse que não iam nem discutir um valor descabido como esse que o Ministério Público Federal lançou sobre o Município, e era um valor, e que isso cabia inúmeras discussões e recursos, enfim, mas era descabido dizer que aquela ação foi provocada anteriormente, e foi justamente para que não ocorresse isso que foi assinado o TAC, e pediu para olharem como se invertia a situação, e o Dr. Airton participou, realmente, de vários plano de PDV, e que um foi feito especialmente, para o Vereador, que perdeu o prazo para sair do PDV, e que eles, ali, votaram, exclusivamente, para

o Vereador (houve manifestações na assembleia), e que estava ali o Fábio Pina que foi testemunha disso, o qual o Vereador foi, e diante de manifestação do Vereador no Plenário, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o Vereador não votou porque ele achou que era relevante a matéria pessoal, (o Sr. Presidente solicitou silêncio no Plenário e na Assembleia), e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que foi solicitação do Vereador, enquanto este último se manifestava no Plenário, e o Vereador Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo que tinha sido manifestação do Vereador; o Sr. Presidente solicitou novamente silêncio no Plenário, devido à discussão entre o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que usava a palavra e o Vereador Airton Braulino Jorge; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo que tinha sido solicitação do Vereador, e repetiu isso várias vezes; disse ainda de se falar de má fé, falar de má fé; o Sr. Presidente solicitou ao Vereador que continuasse seu discurso, ou ele iria cortar a palavra, e pediu para que se mantivessem na pauta; e este continuou dizendo de divulgar a matéria de forma correta, e que era isso que pedia, e não a mesma matéria, e perguntou se nem a vírgula eles poderiam mudar um pouquinho, e que era brincadeira, era brincadeira, repetiu; disse ao Vereador que ele estava com uma folha do processo, e que era para lê-lo inteiro que tinha vinte ou trinta folhas; houve manifestações na assembleia, e o Sr. Presidente chamou a atenção do Vereador, e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo ao Vereador que no gráfico que ele falava de seiscentos e setenta e nove funcionários, ali falava quatrocentos e dezesseis da ASAMAS, e que a maioria foi trocada, e que duvidada que ficaram menos de cinquenta funcionários, a maioria foi trocada, mas a maioria foi trocada, e desses quatrocentos e dezesseis, duzentos e setenta e três trabalhadores foram contratados pelo Município, fora a ASAMAS, contratados para trabalhar, de forma irregular, esse bando de vagabundo que estava na Prefeitura, acabando com o dinheiro do Município, e não se conseguia ter uma obra; houve manifestações na assembleia; disse que falava isso para o Vereador porque era fácil jogar o problema para trás, queria ver enfrentar, porque não chegou em dois mil e nove, a ASAMAS estava errada, parar com isso, não continuar? Disse que era porque virou um cabidão de empregos, tinha gente lá que fazia trabalho de fisioterapia, enfim... O Sr. Presidente pediu que os Vereadores parassem com a discussão; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo que tinha gente lá que fazia um trabalho de fisioterapia maravilhoso; disse, ainda, ao nobre Vereador para que ele lesse direitinho, para que ele não viesse na tribuna defender uma coisa que era indefensável, e disse ao Vereador que ele tinha ali um papel, e que ele estava falando que as ações foram

provocadas pelo Sindicato a partir de dois mil e nove, ou ele estava mentindo do que estava escrito ali? O Sr. Presidente pediu por favor ao Vereador; e o Vereador continuou dizendo se o que estava escrito ali estava errado, se foi dois mil e nove ou não foi? O Sr. Presidente pediu para que o Vereador se ativesse no assunto, sem ataques; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que em dois mil e três foi assinado o TAC, e que o problema era o seguinte... e respondendo ao Vereador que se manifestava no Plenário, disse que estava irregular nada, e que eles tinham acabado com o Hospital Municipal de Jaguariúna, e que o fato era que a Administração que passou por lá, a partir da Administração que foi feita pelo pai do Prefeito, o Pinotti e aquele outro que era veterinário, acabaram com o Hospital, e que falava para eles o seguinte: eles tinham que dar uma atenção maior ao Hospital Municipal, a Saúde de Jaguariúna estava uma vergonha, e o Vereador como médico estava omissos às essas situações, (houve manifestação na assembléia), e o Vereador continuou dizendo que o Vereador tinha que fazer muito bem a parte dele como médico, dar a cara para bater e fazer melhorar isso aí, e não falar o problema que estava acontecendo ali, e não falar que “o Tarcisio desobedece o TAC”; entre as manifestações do Vereador no Plenário, e a insistência do Sr. Presidente que os ânimos se acalmassem, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo que dava tudo errado nessa Administração, e repetiu que dava tudo errado nessa Administração, e que era brincadeira, exclamou indignado; e disse que era para resolverem, tinham que resolver o problema; diante da discussão entre o Vereador que usava a palavra e o Vereador no Plenário, o Sr. Presidente disse que iria cortar a palavra do Vereador; o Vereador Alfredo continuou dizendo, entre outras coisas, que ele não estava falando nada daquilo que era mentira, e o Sr. Presidente disse que sabia, mas que não era para ter ataques, nem de um lado, nem do outro; o Vereador Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo que era para mandarem a lista dos RPAs, e que o Vereador era base do Governo, e disse que era para ele pedir ao Prefeito, e que era para ele ajudar a Câmara a trabalhar, era fácil, e repetiu era fácil isso; disse que era para não transferirem o problema, mas resolverem; se o problema era a OS, acabassem com ela, acabassem com ela, tinha que se fazer alguma coisa, o que não podia era ficar esse negócio de se jogar de lá para cá, mas não era para se transferir o problema, e entre outras coisas disse que não tinha sido o Vereador que fez a dívida, ninguém fez a dívida, o TAC foi assinado, e se alguém que contratou sem concurso foi essa nova administração, que mandou quase todo mundo embora, e recontratou de novo, e perguntou se ele estava mentindo; perguntou quantos cargos se tinha criado na Casa, que o Vereador tinha votado favorável à

criação? Diante da manifestação do Vereador o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que sabia sim, quantos cargos tinha sido votado, sabia, sim! E disse que não deveriam transferir os problemas, quem estava à frente da Administração, tinha que resolver; infelizmente, o Hospital Municipal estava uma vergonha, uma vergonha, repetiu; mas transferir o problema da forma... isso sim era má fé, isso era uma falta de vergonha com a população, com a inteligência da população, onde tudo funcionava direitinho, e hoje não funcionava mais nada (soou o alarme do tempo), não funcionava mais nada, e que era brincadeira, exclamou indignado; o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo havia se esgotado, e o Vereador continuou dizendo que era uma incompetência, uma brincadeira; houve manifestações na assembléia; a seguir, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos, primeiramente, agradeceu por aquele ano, que naquele dia se encerrava a Sessão Ordinária, e a primeira sessão ordinária do ano começou com polêmica e iria terminar com polêmica; disse que no dia seguinte teria a audiência pública, sendo que no dia quinze os Vereadores entrariam em recesso, podendo ser convocados para sessão extraordinária pelo Sr. Prefeito; a seguir, disse de fazer um resumo desse seu primeiro ano como Presidente da Casa, e que foi um ano extremamente difícil, e que achava que em nenhuma outra legislatura, nenhuma outra presidência passou o que ele estava passando ali na Casa; a começar por uma batalha que ele teve em vencer um câncer logo que se sentou naquela cadeira; foram quatro meses de luta para ele sair do hospital e vencer essa batalha; em seguida, disse que estava sendo um aprendizado diário para ele, ali, porque todas as sessões, todas as questões deste ano estavam sendo polêmicas, eram coisas que sabiam, que no ano que viria era um ano eleitoral, e já estava se puxando ou para um lado ou para o outro; disse achar que acima de tudo tinham eles, Vereadores, que manter o respeito pelos Colegas, acima de tudo, independente de situação política, de cunho político, o respeito estava acima de tudo, dentro da Casa, isso porque ele tentava zelar; disse que, às vezes, ele poderia cortar a palavra, tudo, mas gostava de ser democrático para tentar se expor, se explorar o pensamento de um e de outro, mas estava faltando um pouquinho mais de respeito até com o próprio Presidente desta Casa; disse que tinha o seu lado bom, seu lado democrático, mas teria hora em que teria se impor um pouco mais, por causa de respeito, deixando de lado o partido “A” ou o partido “B”, e que acima de tudo estava a Cidade, e por isso que tinham que zelar; a seguir, desejou a esperança de um ano melhor, e mesmo que eles estivessem em recesso, os Vereadores estariam ali atendendo em seus gabinetes, e a Casa estaria aberta; sobre a questão do Plano Diretor, como todo

mundo falou ali, eram unânimes em trabalhar em conjunto, e que não votariam nada na incerteza, e que poderiam ter certeza que não iria ser colocado em pauta se não tivesse uma certeza, um consenso de todos os Vereadores, e terminando, disse, também, que o seu primeiro ano de sua presidência, ele estaria devolvendo, no final do ano para o Prefeito, quase quinhentos mil reais, e suas contas estavam ali abertas a todos que quisessem analisar, e pediu, também, a todos que logo após suspender a sessão, iriam votar alguns projetos e que votariam com os ânimos mais amenizados; desejou boa noite. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá e Rainero Venturini foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei que dá nova redação ao caput do art. 1º, da Lei nº 2.054/2011, que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado o exercício das atribuições que especifica, e conceder pro labore aos servidores públicos estaduais, da forma que especifica, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº084/2011, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Fábio Augusto Pina como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Terminado o prazo necessário para a elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a Leitura do Projeto de Lei e do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 047/2011, do Executivo Municipal, que dá nova redação ao caput do art. 1º, da Lei nº 2.054/2011, que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado o exercício das atribuições

que especifica, e conceder pro labore aos servidores públicos estaduais, da forma que especifica, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a” § 1º, do R.I.) Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá e Rainero Venturini foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que os seguintes Projetos fossem apreciados em Única Discussão naquela Sessão: 1. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação Carisma de Cultura, Recuperação e Integração Social de Jaguariúna, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 086/2011; 2. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Centro de Equoterapia de Jaguariúna – C.E.J., e dá outras providências encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 087/2011. Em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Karina Valéria Rodrigues como relatora Especial para exarar parecer aos referidos projetos, motivo pela qual suspendeu a Sessão para elaboração do Parecer. Terminado o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do Parecer da Relatora designada aos Projetos de Leis nºs 048 e 049/2011. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 048/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação Carisma de Cultura, Recuperação e Integração Social de Jaguariúna e dá outras providências; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” ,§ 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 049/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Centro de Equoterapia de Jaguariúna – C.E.J., e dá outras providências; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 035/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre o tempo para atendimento do usuário em agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e

Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 046/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental, o ensino de conteúdos e a implantação de programas de educação ambiental na Rede Municipal de Ensino de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2011, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a adesão da Câmara Municipal de Jaguariúna ao Protocolo Estatutário do Parlamento da Região Metropolitana de Campinas – Parlamento Metropolitano. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a”, § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, com exceção do Vereador Alfredo Chiavegato Neto, Secretário de ambas as Comissões. Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 015/2011, do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Pastor Noel Batista Filho. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, IV do R.I.). Primeiramente foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos e a todas mais uma vez, dizendo que queria, em poucas palavras ali, falar um pouco do seu amigo, que chamavam de Pastor Noel, que estava presente na Casa com seus familiares, e todos os membros da Igreja Assembleia de Deus, Zona Sul; a seguir, disse, que a trajetória do Pastor Noel era notável por sua singularidade de propósito, simplicidade e vida de oração, que ele não abria mão de seu papel de pai e esposo, pois dizia entender que “nenhum sucesso pode ser justificado com o fracasso da família”; disse que ele era casado há trinta e seis anos com Maria Pimenta Batista, tinha quatro filhos, sendo dois biológicos de seu primeiro casamento, e os outros dois por afinidade deste casamento que mantém há trinta e seis anos; disse, ainda, que ele era Presidente da Assembléia de Deus Ministério Zona Sul, com sede interestadual neste Município de Jaguariúna, São Paulo; disse que o Pastor Noel era natural de Governador Valadares, Minas Gerais, e nasceu em quinze de novembro de quarenta e oito, filho de José Isac Batista e Joana; no ano de sessenta e nove

migrou-se para São Paulo, sendo que em noventa e um, devido à mudança da Empresa Laelc, onde trabalhou por um longo tempo, onde ele o conheceu, metalúrgico, onde trabalhava há seis para o Município de Jaguariúna, acompanhou a empresa mudando-se para esta Cidade e, também, no ano de noventa e um, onde trabalhou por mais dez anos na empresa até se aposentar por tempo de serviço; disse que tinha vida eclesiástica há trinta e cinco anos, servindo a Deus na Assembleia de Deus, dos quais e, integralmente, voltado à obra do Senhor, no ano de noventa e nove, foi ordenado ao Santo Ministério de Pastor; sua formação teológica de nível básico pelo Instituto Bíblico da Assembleia de Deus, sendo que destes anos, treze deles foram exercidos na cidade de São Paulo, e os demais na cidade de Jaguariúna e sudoeste de Minas Gerais, onde esteve como missionário nos anos de dois mil e cinco a dois mil e oito, retornando a Jaguariúna no ano de dois mil e nove, quando assumiu a presidência da Assembleia de Deus Ministério da Zona Sul, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo; disse que, de imediato implantou o plano de recuperação e crescimento, e que por estas e outras razões, a Assembleia de Deus do Ministério Zona Sul orgulhava-se em ter como líder o Reverendo Pastor Noel Batista Filho, que era um exemplo de vida para seu rebanho de fiéis e para toda Jaguariúna, e também pelo seu trabalho social, que ele conhecia, que fazia com todos os membros da Igreja, sempre atendendo às pessoas, com bastante dedicação, com bastante carinho, e que tinha feito aquele projeto e pediu aos pares que votassem pelo trabalho que esta pessoa, juntamente, com sua família vinha fazendo com os munícipes; agradeceu; a seguir, em votação Secreta, primeiramente, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada para verificação de “quorum”, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco; a seguir, o Sr. Presidente determinou a distribuição de cédulas aos Vereadores, por ele rubricadas; em seguida, determinou a feitura da chamada para colocação dos votos na urna; feita a votação, o Sr. Presidente convidou a Vereadora Karina Valéria Rodrigues e funcionária Deise Ramos Fernandes para ajudarem na apuração e contagem dos votos; a seguir, o Sr. Presidente proclamou o resultado: nove votos favoráveis; o Sr. Presidente teve direito a voto em conformidade com o Art. 23, II, “i”, “3” do Regimento Interno, combinado com

Art. 31, Parágrafo Único, II da Lei Orgânica do Município. Assim sendo o Projeto de Decreto Legislativo nº 015/2011, do Sr. Edison Cardoso de Sá, que dispõe concessão de título de “Cidadão Jaguariunense”, ao Sr. Pastor Noel Batista Filho, foi aprovado por unanimidade de votos; em seguida, em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 022/2011, do Poder Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município e do Serviço de Água e Esgoto – SAE, para o exercício de 2012. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 , § 1º, VII do R.I.). Com Emendas já aprovadas. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 014/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2012, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, I do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 022/2011, do Poder Executivo Municipal, que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, de que trata o artigo 149-A, da Constituição Federal. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, I do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação foi o mesmo rejeitado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei Complementar nº 023/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização para concessão de retribuição aos professores e diretores titulares de cargos da Secretaria Estadual da Educação. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º, do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Em Discussão e Votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei Complementar nº 024/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de gratificação por risco de acidente ao motorista no efetivo desempenho de sua designação especificamente para conduzir veículos destinados ao serviço de ambulância. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 § 1º do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e

Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura do seguinte Edital de Convocação de Sessão Extraordinária: “Edital de Convocação Nº 023/2011.- De Sessão Extraordinária: O Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 29ª (vigésima nona) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: Projeto de Lei Complementar nº 014/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2012, e dá outras providências; Projeto de Lei Complementar nº 023/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização para concessão de retribuição aos professores e diretores titulares de cargos da Secretaria Estadual da Educação”; Projeto de Lei Complementar nº 024/2011, do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de gratificação por risco de acidente ao motorista no efetivo desempenho de sua designação especificamente para conduzir veículos destinados ao serviço de ambulância. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 29ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 13 de dezembro de 2011. Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri – Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Karina Valéria Rodrigues e Fábio Augusto Pina, que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato que cumprimentou a todos, em especial o ex Colega Toninho, e o agradeceu pela presença, o Sr. Adilson Abrucez, também, que se fazia presente, ex Vereador da Casa, Presidente da Casa, inclusive, agradeceu pela presença, também; e disse a seguir, que gostaria de dar continuidade à sua fala, com relação ao que foi publicado na imprensa, naquela semana, nos dois jornais que, incrivelmente, publicaram a mesma matéria, só para ressaltar do

relatório do Ministério Público, que estava ali para que todos vissem, e que falava assim: “ A ilustríssima doutora Márcia Carolina Marques, dotada de fé pública atestou em vinte e seis do sete de dois mil e dez que dentre os mil e oitocentos e cinquenta e quatro empregados do Município, cento e oitenta e seis eram comissionados,” quase dez por cento, “quarenta e sete eram contratados como trabalhadores temporários, dentre os quais três conselheiros titulares, sendo os demais professores e, entre março e maio de dois mil e dez, ou seja, em apenas três meses, foram contratados serviços de duzentos e sessenta e três trabalhadores autônomos. Em atendimento à requisição ministerial a ASAMAS apresentou em um do nove de dois mil e dez, relação dos empregados por ela contratados, indicando quatrocentos e dezesseis trabalhadores exercendo funções que, inclusive por óbvio, existem no quadro do Município, tais como médicos, técnicos de enfermagem, enfermeiros, assistentes administrativos, fisioterapeutas, serventes gerais, encarregados, entre outros; por sua vez, o réu juntou declarações de agentes políticos do Município, dizendo se exercem ou se possuem familiares que exercem ou exerceram participação na Administração da ASAMAS. A partir dessas o Ministério Público do Trabalho pôde constatar irregularidades como agentes políticos do Município e seus parentes exercendo funções na administração da Organização Social – ASAMAS, dentro os quais...” disse que tinha vários nomes lá, e que não iria ler, e continuou: “... a Secretária de Gabinete, Maria Emilia Peçanha de Oliveira Silva, membro do Conselho de Administração da OS, que ainda possuía duas irmãs, Maria de Lourdes Alves Peçanha de Oliveira e Maria do Carmo de Oliveira Pelisão, e o cônjuge, Sr. Afonso Lopes da Silva, Secretário Municipal de Relações do Trabalho, como membros do Conselho da Administração. Oficiado a responder se manteria a recusa em ajustar sua conduta, mesmo à vista de todas as irregularidades apontadas e comprovadas nos autos, o Município, por intermédio do seu Prefeito, alegou estar atuando em obediência ao ordenamento vigente, com o que não haveria conduta a ser ajustada. Observe-se que chega a afirmar que o trabalho de autônomos, quando necessário ao Município de Jaguariúna, ocorre nos moldes legais. Em quatorze de fevereiro de dois mil e onze, deferimos a juntada aos autos do procedimento investigatório em apreço. Destarte ante à evidente conduta irregular do réu, que vem se recusando a cumprir integralmente o Termo de Ajustamento de Conduta firmado, não restou ao Ministério Público do Trabalho outra alternativa senão ajuizar a presente ação de execução, visando a compelir ao executado a cumprir adequadamente o TAC até que seja comprovado nos autos de forma cabal o integral adimplemento, inclusive a quitação da dívida ora da execução, tudo no escopo

de resguardar os direitos constitucionais garantidos aos trabalhadores.” Disse que aquela ação tinha sido proposta em maio, deste ano, e não sabia porque só agora também tomou conhecimento a Administração, mas enfim, quem não estava cumprindo esse TAC era a Administração atual, não tinha nem o que se discutir, e voltou a dizer que jogar o problema para a legislação anterior, a qual foi feita pelo jornal, isso era uma conduta de total irresponsabilidade e má fé com as pessoas que tiveram à frente deste Município; disse que tiveram ali um exemplo claro, e foi dito ali que tudo aquilo que não dava certo, enfim, eles teriam que banir do Município, enfim, e as pessoas que tivessem suas responsabilidades fossem procuradas a onerar através do próprio bolso, aquilo que dispendiu o Município, disse que eles tinham como benefício, hoje, a municipalização, tanto que estavam votando uma gratificação aos professores do Estado que recebiam pelo Município essa gratificação, em virtude de que o Estado não pagava aquilo que o Município pagava para os professores; disse a todos que o alcaide que sentava, hoje, no cargo de Prefeito, quando foi instituída a municipalização do ensino na Cidade, o mesmo votou contra a municipalização, e pediu para imaginassem se naquele tempo eles tivessem tido a mesma opinião dele! Disse que hoje a Educação no Município, com todos os problemas que existem, podiam ter certeza que estaria em pior situação do que hoje se encontrava; disse que eram atitudes que a Administração ou aquele que estava à frente da Administração tinha que tomar, e que estava vendo ali na Casa, o Manoel Azevedo que foi diretor, achava que por durante oito anos no Hospital, e confirmou com o mesmo, e garantia que ele não tinha nenhum apadrinhamento político, uma pessoa totalmente técnica, e uma pessoa que se dedicou muito ao Hospital, e que podia dizer muito sobre a Organização Social no Hospital; disse que, infelizmente, a forma que estava sendo tratado o Hospital, hoje em dia, era triste; disse que hoje poderia dizer que no Hospital Municipal foi feito um verdadeiro cabide de emprego, mudando totalmente, aquela concepção que era de dar um atendimento, realmente, e que ali trabalhasse pessoas com a finalidade de tratar o ser humano; disse que o que via ali era, realmente, que virou um verdadeiro cabide de empregos, infelizmente, isso através de uma Administração irresponsável, e que falava isso, também, porque foi feito um TAC por essa Administração junto ao Ministério Público do Município, no qual a partir de primeiro de janeiro de dois mil e doze, muitas pessoas que estavam ligadas à Administração iriam ter que sair, e isso até não tinha sido dito nos jornais locais, mas tinha esse TAC e acreditava que a partir de primeiro de dezembro, pediu desculpas, mas era primeiro de janeiro de dois mil e doze teria que ser cumprido; disse que era só para esclarecer que o

problema não era da antiga administração, e voltava a dizer, o problema era da atual Administração; ela que tinha que ser responsável, por isso que aconteceu no Município, mas isso era um caso que ainda tinha muita discussão jurídica em cima disso; o fato era, e voltava a dizer, que ninguém chutava cachorro morto; realmente, o Tarcisio estava trazendo um problema sério à atual Administração, porque ele era um propenso candidato às eleições próximas, e o nome dele por tudo aquilo que se jogava no ventilador, ainda continuava forte nas pesquisas, então, realmente, as pessoas tinham que colocar a população em cheque para falar que tudo aquilo que foi feito anteriormente, realmente, não prestava, e o que estava sendo feito de agora para frente, era bom; sem contudo achar que a população ainda não tinha o raciocínio, discernimento de escolher agora, o que era o certo e o que era o errado; antigamente tudo era promessa, hoje, estava aí, era trabalho, e que cada um poderia discutir e analisar, realmente, o que um era antes, e como era agora; voltou a dizer que não era para se iludirem, não se ativessem às primeiras impressões que eram dadas, principalmente, às duas imprensas, que se tinham, uma estava um pouquinho mais responsável, outra não se falava nem a respeito, porque se sabia da forma que ela tinha sido adquirida, e para que que ela foi adquirida, e que as pessoas tinham o discernimento para escolher e, realmente, não se deixar levar pelas primeiras impressões; voltou a dizer que a responsabilidade da situação da Saúde do Município, hoje, era da atual Administração, e se não estava bom da forma que estava, resolvesse de outra forma, mas não era para deixar no caos que estava; agradeceu; houve manifestações na assembleia com alguns aplausos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que também iria usar da Tribuna para fazer a leitura daquilo que o Ministério Público do Trabalho enviou para eles, e leu: “... Veja-se que no julgamento das contas do Município referentes ao exercício de dois mil e seis do Tribunal de Contas do Estado, o Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga, aponta uma séria de irregularidades,” disse que estava falando da ASAMAS, e continuou: “... por exemplo, Presidente, Vice Presidente e Tesoureiro da ASAMAS, estão exercendo concomitante os cargos de Vice Prefeito...” em outras palavras, a Prefeitura repassava um dinheiro para a ASAMAS, sendo que o Vice Prefeito era o Presidente da ASAMAS, e, em outras palavras, tirava da Prefeitura, tirava de um bolso e punha no outro, só para que todos entendessem; disse que, então, como Vice Prefeito não poderia ser Presidente da ASAMAS, a Prefeitura repassando dinheiro para ele próprio; o Vice Prefeito também ocupava cargo de Secretário Municipal; Secretário Municipal de Governo, era o Vice-Presidente, e Diretor Financeiro,

respectivamente, funções executivas do Município, com envolvimento de agentes políticos do Município, com Administração da Organização Social da ASAMAS, e que isso não era o Doutor Airton que estava falando, isso era o que o Ministério Público do Trabalho falou, e estava ali para todo mundo ver; disse achar o seguinte: interessante: o que se ouvia comentar, era que o atual Prefeito, com frequência, fazia visitas ao Hospital e aos Postos de Saúde, e que naquele dia, inclusive, ele estava atendendo no ambulatório e o Prefeito estava andando no Hospital, coisa, disse ao Sr. Presidente, que ele nunca tinha visto um Prefeito fazer isso antes; entre outras coisas, disse ao Sr. Presidente que, lamentavelmente, muita gente que estava se manifestando ali, em anos atrás estava como comissionado no Hospital, e que ele não estava falando de todo mundo, e diante de manifestação no Plenário, o Sr. Presidente solicitou silêncio, para não começarem novamente discussões; o Sr. Airton Brulino Jorge continuou dizendo que não estava falando de quem estava se manifestando, porque se ele não podia acusar, disse à Vereadora, as pessoas não podiam se manifestar, tinham que ter o mínimo de respeito com a Casa e repetiu que tinham que ter o mínimo de respeito, e afirmou, mais uma vez, que o Prefeito fazia, sim, visitas, coisa que o outro nunca fez; disse que se existia tanto problema, no Hospital, na semana anterior foi a Audiência Pública de Saúde, na Casa, e que ele tinha visto de Vereador, ele, o Edison, o Renê e algumas poucas pessoas; disse que aquelas pessoas que se dispunham a vir na Casa, criticar o Hospital, criticar a Saúde, disse ao Sr. Presidente, deveriam participar da Audiência Pública de Saúde, para trazer as reclamações, as reivindicações, e que era assim que um cidadão de bem fazia, ele olhava o problema da Cidade, e vinha na Casa para sugerir, para questionar, e para ajudar a arrumar, ele não ficava só tacando pedras, e gritando que estava errado isso, estava errado aquilo, não sabia o quê, mas não ajudava em nada para colaborar, e que era só isso que tinha a dizer; desejou boa noite e agradeceu. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia sete de fevereiro de dois mil e doze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Comunicou que a Câmara Municipal estaria em Recesso Parlamentar, de dezesseis de dezembro de dois mil e onze a trinta e um de janeiro de dois mil e doze, podendo ser convocada extraordinariamente. Deu início, a seguir, à Tribuna Livre, e em seguida, à Sessão Extraordinária, ora convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Referente à Ata da 29ª Sessão Ordinária, realizada aos 13 de dezembro de 2011.

**Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri**  
**Presidente**

**Vereador Fábio Augusto Pina**  
**Vice-Presidente**

**Vereador Rubens das Virgens**  
**Primeiro Secretário**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

